

EXPANSÃO DOS TUPI-GUARANI PELO TERRITÓRIO BRASILEIRO: CORRELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA LINGUÍSTICA E A TRADIÇÃO CERÂMICA

David Lugli Turtera Pereira*

Resumo: O presente texto constitui uma introdução para as questões que abordam a tradição tupiguarani. A escolha dos temas que tratam da expansão dos Tupi-Guarani pelo território brasileiro e da correlação entre família linguística e tradição cerâmica pretendeu montar um cenário teórico, partindo dos modelos e hipóteses de alguns autores que trataram do assunto, e do quadro cronológico e espacial, usando como base as datações absolutas e alguns dados da etno-história.

Palavras-chave: Expansão tupi-guarani, família linguística, tradição cerâmica.

EXPANSION OF TUPI-GUARANI IN BRASILIAN TERRITORY: CORRELATION BETWEEN LANGUAGE FAMILY AND CERAMIC TRADITION

Abstract: This text is constituted as an introduction to the issues according with the tradition Tupiguarani. The choice of the expansion of the Tupi-Guarani in Brazilian territory as the theme, as well as the correlation between linguistic and family pottery tradition, intended to make a scenario starting from the theoretical models and hypotheses of some authors on the subject, and chronological and spatial framework, using absolute dating based on the data and some of the ethno-history.

Keywords: Expansion tupi-guarani, language family, ceramic tradition.

* Endereço eletrônico: davidlugli12@yahoo.com.br - Mestrando em arqueologia pelo MAE/USP, bolsista CNPq.

1. Introdução

A expansão territorial de grupos indígenas filiados à grande matriz linguística tupi foi, sem dúvida, um dos maiores eventos sociais da pré-história sul-americana. Em território brasileiro, essa expansão pode ser observada em quase todos os estados. Na perspectiva linguística, o tronco tupi abrange dez famílias, que somam um total de 41 línguas aparentadas. A família tupi-guarani¹, centro de nossas discussões, conta hoje com 21 línguas aparentadas, constituindo assim a maior família do tronco tupi e a que apresenta a maior dispersão espacial pelos territórios da América do Sul. O presente texto tem como objetivo demonstrar, a partir das referências teóricas, o embasamento necessário à articulação dos dados disponíveis até o presente relativos a esse fenômeno.

Do ponto de vista arqueológico, o grupo em questão está relacionado a uma tradição ceramista, com ampla dispersão espacial, ao mesmo tempo em que teve uma longa duração temporal (SCATAMACCHIA, 2006, p.181). “Vestígios arqueológicos desta tradição foram encontrados em todo leste americano, sendo que seu *habitat* típico é a floresta tropical, por onde estiveram por aproximadamente mil anos” (SCATAMACCHIA, 2006, p.181). Para essa tradição arqueológica, de forte caráter expansivo em nosso continente, foi dado o nome de tradição tupiguarani², sem o uso do hífen.

A história da origem e da dispersão dos grupos filiados à tradição tupiguarani vem sendo contada desde os primeiros pesquisadores do século

¹ Originalmente o termo tupi-guarani foi criado em 1886 por Karl Von den Stein, que “embora não tenha justificado sua criação, pode-se inferir que teve o objetivo de eliminar a confusão das discussões de sua época, quando se chamavam os tupi ora de “tupi” ora de “guarani” (NOELLI, 1996, p.12).

² O termo *tradição tupiguarani* sem hífen foi criado por PRONAPA (1970, p.12 APUD NOELLI, 1996, p.16) para designar uma tradição ceramista tardiamente difundida e caracterizada principalmente por cerâmica policrômica. Brochado (1984 APUD NOELLI 1996, p.24) procurou particularizar as cerâmicas relacionadas a cada um dos povos que compunham as línguas do tronco tupi. Assim, utilizou o termo *subtradição guarani* para denominar a arqueologia guarani e sugeriu *subtradição tupinambá* para os tupinambá do litoral brasileiro. Considerou o mesmo autor que se ampliem essas diferenciações para todos os tupi, “estendendo o conceito de subtradição cerâmica aos assurini, kokama, tapirapé, mundurukú, etc” (NOELLI, 1996, p.24).

XIX. Muitas propostas já foram apresentadas, partindo de pressupostos linguísticos e arqueológicos. No entanto, não há hoje um consenso sobre esse histórico de pesquisa, e o que vem sendo delineado nos estudos é uma correlação entre a cerâmica, pertencente a uma tradição, e a língua, pertencente a uma filiação linguística.

Contudo, é necessário ampliar os focos regionais e locais das pesquisas para que tenhamos um panorama científico mais completo a respeito dessa tradição. Diversas lacunas empíricas ainda hoje impossibilitam a construção de um quadro cronológico e espacial que revele as características principais dessa espacialização. Começaremos, então, com a sistematização de alguns dados que nos ajudarão a compreender o que se conhece a esse respeito.

2. Os códigos e os elementos culturais

As línguas das diversas tribos indígenas atuais fazem parte de uma gama de conhecimentos tradicionais, portanto pretéritos, que nos possibilitam, por meio de uma metodologia adequada, captar aspectos importantes da cultura desses povos e de seus ascendentes pré-coloniais. Esses conhecimentos tradicionais são expressos por códigos, regras, e pela plasticidade social dessas culturas.

Todos os elementos ou traços culturais são absorvidos pela sociedade em um mesmo plano. O que se aprende primeiro são os códigos, cujos sistemas, desenvolvidos por cada cultura, “permitem anotar as informações de um certo tipo e, aplicando as regras de composição que lhes são próprias, gerar as mensagens” (CLAVAL, 1999, p. 86). As regras de composição são aplicadas pelas sociedades que as criam. Porém, se a sociedade não existir mais, cabe ao pesquisador decodificar essas regras por meio dos remanescentes culturais a que hoje temos acesso. Esse trabalho de decodificação é exercido por profissionais que atuam em diferentes áreas: a linguística, a arqueologia, a etnologia, a antropologia e outras afins.

O conhecimento das coisas é inerente ao homem e à sociedade em que vive, porém, a forma de captação, estruturação e interação do aprendizado se realiza de diferentes maneiras nas sociedades. Levy-Strauss (1978) comenta que, para as sociedades indígenas, a concepção de um fenômeno surge do entendimento do todo universal, e somente depois

“dessa compreensão” se pode entender as partes. Para elas, portanto, sem o conhecimento do universo não se conhece coisa alguma. O pensamento moderno e científico, por sua vez, resolve seus problemas através do conhecimento fragmentado e ordenado por etapas ou partes sucessivas (LEVY-STRAUSS, 1978, p.32). Se esses dois pensamentos se distinguem por suas regras de composição de códigos e de entendimento dos fenômenos, essa questão nada mais é que um problema de tradução de significado. Procuremos formas de descobrir no complexo conjunto de códigos aquilo que é comum a ambos, traduzindo para nossa linguagem uma expressão e uma visão de mundo que é de língua, cultura e tempo diversos.

Para o antropólogo norte-americano Willian Balée (2000, p.402), o conhecimento tradicional dos indígenas brasileiros, em geral, é encontrado na vida das línguas nativas e nas práticas culturais que lhes são próprias. Balée chama atenção para o fato de que esses fenômenos carecem, urgentemente, de habilidosa e meticulosa documentação, preservação e proteção. Acompanhando esse pensamento, decidimos neste trabalho incorporar, além dos dados arqueológicos, parte do conhecimento linguístico e cosmológico, a fim de fornecer uma breve interpretação da característica social, da cultura material e da movimentação territorial dos povos de origem tupi através do tempo.

3. A linguística indígena

Os códigos linguísticos dominados pelos indivíduos que pertencem ao mesmo grupo permitem-lhes “classificar e nomear os seres e as plantas, os artefatos ou os homens e aprender a maneira como são combinados ou encontram-se ligados por razões fisionômicas ou genealógicas” (CLAVAL, 1999, p.86). Nesse sentido, cada língua indígena não só reflete os aspectos de visão de mundo desenvolvida pelo povo que a fala, “mas constitui, além disso, a única porta de acesso ao conhecimento pleno dessa visão de mundo que só nela é expressa” (RODRIGUES, 1994, p.27).

As múltiplas visões de mundo dos povos indígenas brasileiros com todo o complexo cultural, social e emocional a elas associado têm importância crítica para o conhecimento humano por se terem desenvolvido,

durante alguns milhares de anos, com total independência histórica em relação às tradições culturais asiáticas e europeias, que caracterizaram a civilização ocidental (RODRIGUES, 1994, p. 27).

Por muitos anos os linguistas vêm procurando as similitudes e as diferenças entre as línguas distribuídas em determinado espaço geográfico. Dessa procura nasceram os conceitos de parentesco linguístico e protolíngua, os quais, por sua vez, são importantes para nos mostrar as migrações do passado, sabendo que a correlação de línguas aparentadas e sua distribuição sobre um determinado território são as provas desses movimentos (LATRHAP, 1975).

Em primeiro lugar, é preciso entender a língua como um processo cultural (social, biológico e histórico), um fator “dinâmico e de longa duração” (CAVALI-SFORZA, 2002, p. 5). Esse entendimento possibilita-nos pensar a língua como um aprendizado profundo, próprio de cada sociedade, que “não se altera fácil e nem voluntariamente em contato com outros modelos fornecidos por visitantes casuais” (LATRHAP, 1975, p. 73). Por meio da continuidade histórica e do método comparativo, buscamos uma única língua mãe que tenha existido no passado e que hoje engloba todas as línguas aparentadas. Para se afirmar que uma língua se relaciona a outra, temos que entender os componentes que as formam.

Para Rodrigues (1994, p. 23), as línguas indígenas diferem entre si e distinguem-se das línguas europeias e demais idiomas do mundo, no conjunto de sons de que se servem (*fonética*) e nas regras pelas quais combinam esses sons (*fonologia*); nas regras de formação e variação das palavras (*morfologia*) e de associação destas na constituição das frases (*sintaxe*); assim como na maneira como compreende, por meio de seu vocabulário e de suas categorias gramaticais, um recorte do mundo real (social, político, natureza etc.) e imaginário (religião, cosmologia etc.).

Ainda segundo Rodrigues (1985, p.33), duas ou mais línguas podem ser consideradas geneticamente aparentadas quando compartilham:

Propriedades estruturais e lexicais tais e tantas, que, em seu conjunto, não se possam explicar nem como consequências independentes, nem como um processo

de aquisição pelos falantes de uma língua em eventual interação social com os falantes de outra (RODRIGUES, 1985, p. 33).

A hipótese mais aceita para essas “línguas aparentadas” é que no passado formavam uma mesma língua e que suas propriedades compartilhadas hoje são o reflexo de uma diferenciação profunda. As palavras e os conceitos comuns em um conjunto de famílias analisadas, e que são correspondentes entre si, constituem o que é chamado de protolíngua. Todo esse processo é sucintamente explicado na citação abaixo:

Quando ocorre a divisão de uma comunidade humana em duas ou mais subcomunidades ou novas comunidades, reduz-se o contato entre as pessoas separadas nessas novas comunidades e, em consequência, diminui a necessidade de ajuste e aumenta a diferenciação linguística entre os grupos humanos correspondentes. Se as novas comunidades, resultantes da divisão do passado de uma só comunidade e uma só língua distanciam-se no espaço geográfico e perdem o contato entre si, desaparece inteiramente a necessidade de ajuste comunicativo entre elas, ocasionando diferenças entre suas falas. Estas se tornaram línguas diferentes, na medida em que o ocorrer do tempo expuser uma e outra, independentemente, às circunstâncias mais variadas (RODRIGUES, 1985, p. 33).

Permitindo-nos uma breve analogia, daremos uma pequena pausa às questões linguísticas e passaremos a refletir sobre os outros sistemas de códigos.

Assim como há correspondências entre as línguas aparentadas, que estão dentro do mesmo sistema linguístico – formado por fonemas, morfemas, sintaxes, além da semântica das palavras –, deve haver processo igual ou semelhante no que concerne aos códigos inseridos na cultura material. Lima (2005), ao estudar comparativamente os elementos estruturais comuns da pintura presentes na cerâmica tupiguarani e marajoara, chegou às seguintes conclusões: primeiramente, a semelhança

entre a cerâmica tupiguarani, espalhada por todo o território brasileiro, e aquela produzida por grupos pré-históricos na Amazônia não se restringe a aspectos como forma das vasilhas e técnicas de pintura usadas na decoração; os elementos estruturais comuns aos campos gráficos dessas duas cerâmicas permitiram inferir que sua produção obedeceu a esquemas cognitivos muito parecidos nos dois grupos; e, por fim, o grande número de similaridades entre elas tornaria absurda a hipótese da invenção independente. Dessa forma, privilegiando os aspectos estruturais da grafia indígena na decoração cerâmica, assim como fazem os linguistas com as palavras e as línguas nativas, tentaremos mostrar que em outros aspectos culturais a decodificação é possível, e que as relações de similitude ou diferença nos são pertinentes.

Em linguística, quando ocorre o parentesco entre duas ou mais línguas, é comum chamá-las de uma família linguística. Quando as línguas pertencem a uma mesma família, pensa-se que tenham uma origem comum, “no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no decorrer do tempo, de uma só língua anterior” (RODRIGUES, 1994, p. 29). A família linguística nativa mais conhecida no Brasil é sem dúvida o tupi-guarani, à qual pertencem as línguas guarani e tupinambá, além de inúmeras outras. No caso europeu, a família românica é a mais importante, no sentido de ser a mais estudada, e dela fazem parte as línguas portuguesa, espanhola, italiana, francesa e romena.

Para Rodrigues (1994, p. 41), as línguas ancestrais (protolínguas) das diversas famílias constituíram, num passado mais remoto, uma família com seu próprio ancestral comum. Essa família mais antiga é o que convencionamos chamar de tronco linguístico, por exemplo, o tupi, o indo-europeu, o arawak etc.

Por meio do método da reconstrução linguística é permitido fazer inferências sobre um grupo de línguas modernas e de sua derivação de um ancestral comum, perceber quais línguas estão mais próximas ou mais distantes desse grupo e, possivelmente, reconstruir uma árvore genealógica indicando quando as línguas de uma família se diferenciaram umas das outras (URBAN, 1992, p. 88).

O primeiro passo para a reconstrução de uma língua ancestral é juntar listas de palavras fonemizadas das línguas a serem comparadas (URBAN, 1992, p. 88). O segundo, é isolar as correspondências de som, ou seja, agrupar os sons que se articulam nesse grupo de línguas. A etapa seguinte é reconstruir, por meio das correspondências sonoras, uma

protofonologia ou uma língua ancestral. Após a formação de um protovocabulário que se deriva da profonologia, os linguistas mostram, através de regras de transformação sonora, como as línguas filhas se derivaram dessa língua mãe recém-(re)construída (URBAN, 1992, p. 88).

A glotocronologia permite de forma relativa estabelecer cronologia para as línguas. O processo é semelhante ao da reconstrução linguística. Determina-se, a partir de um vocabulário básico, com termos comuns, quais são os verdadeiros cognatos (palavras que derivam de um ancestral comum semelhante). Por meio de percentuais de cognatos pode-se estimar a sua cronologia. A título de exemplo, 81% de cognatos entre duas línguas indicariam, aproximadamente, cinco séculos de separação, 36%, 2.500 anos de separação e finalmente 12% de cognatos, um distanciamento de até 5.000 anos (URBAN, 1992, p. 88).

É a partir desses modelos que os linguistas estabelecem seus dados sobre parentesco linguístico, formação de famílias, formação de troncos linguísticos, e determinam a dimensão cronológica que vai dizer, de forma relativa, quando uma família se separou de outra.

4. A expansão linguística dos tupi-guarani pela América do Sul: contribuição da linguística

Para a maioria das famílias de línguas nativas brasileiras, encontramos nos seus ancestrais uma origem pré-histórica. Para o conhecimento dessas línguas e para uma compreensão, ainda que incipiente, das movimentações que se sucederam até o presente é imprescindível aos linguistas: descobrir as correspondências regulares de sons, palavras e formas gramaticais entre duas ou mais línguas (RODRIGUES, 1994, p. 29); estabelecer e formular hipóteses sobre uma protolíngua; fazer associações com a organização atual dos grupos indígenas no espaço, quando sobreviventes; usar sempre como referência a documentação etno-histórica que trata dos grupos linguísticos em apreço.

Dessa forma, buscaremos aqui compreender como estão distribuídas pelo território brasileiro as famílias linguísticas filiadas ao tronco tupi, dentre as quais a principal é o tupi-guarani. Provavelmente, essa grande família linguística tenha se desligado do tronco maior tupi há pelo menos 2.000 anos (URBAN, 1996, p. 91). A distribuição espacial dos tupi-guarani é muito mais espalhada do que a os demais grupos de famílias

desse tronco (URBAN, 1996, p. 91).

No território brasileiro, as famílias do tronco tupi, com exceção da família tupi-guarani, situam-se hoje ao sul do Rio Amazonas e ao norte do paralelo 14° Sul (RODRIGUES, 1994, p. 42). Essas línguas estão concentradas, sobretudo, no atual estado de Rondônia. Ecologicamente, as famílias tupi concentram-se nas bacias dos rios Xingu, Madeira e Tapajós. Para Urban (1996, p. 92), a área geral de dispersão dos povos de tronco tupi, que provavelmente ocorreu entre 3 e 5 mil anos atrás, compreende a região entre o Madeira e o Xingu, próximo às áreas de cabeceiras e não de várzeas dos grandes rios³.

A família tupi-guarani, por sua vez, destaca-se das outras de origem tupi pela sua imensa extensão territorial, onde estão distribuídas suas línguas (RODRIGUES, 1994, p. 32). No século XVI, os primeiros exploradores notaram que essa língua era falada em quase todo o litoral do Brasil e na Bacia do Rio Paraná. Hoje, fala-se essa língua em inúmeros estados brasileiros e em parte da América do Sul, do norte da Argentina à Guiana Francesa, do litoral nordeste brasileiro ao alto Solimões (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 82).

Para Urban (1996), Rodrigues (1994) e Viveiros de Castro (1986), apesar da imensa distribuição da família tupi-guarani sobre o espaço, essa família mostra muito pouca diferenciação entre suas línguas. Segundo os estudos de Rodrigues (1994), no Tupi e no Guarani antigos, ambos conhecidos por documentos dos séculos XVI e XVII, encontra-se muita correspondência abrangendo palavras e conceitos.

As correspondências que podemos observar entre as palavras tupi e guarani sugerem “a hipótese de que as duas tenham a mesma origem, como formas alteradas de uma só língua anterior” (RODRIGUES, 1994, p. 30).

Em particular, pode-se supor que essa língua anterior teria os sons (fonemas) consonantais p, t, k, já que as línguas derivadas apresentam esses sons com as mesmas qualidades e nas mesmas posições em palavras que exprimem os mesmos conceitos. A mesma

³ Veremos adiante o modelo de dispersão tupi-guarani desenvolvido por Latrhap (1975) e Brochado (1989), que hipoteticamente colocam o centro de origem tupi na várzea do rio Amazonas.

conclusão é válida para os sons vocálicos a, e, i, o, u, y. Já o som r teria existido igualmente na língua ancestral, mas teria sido eliminado sistematicamente no guarani, quando no fim de palavras (RODRIGUES, 1994, p. 30).

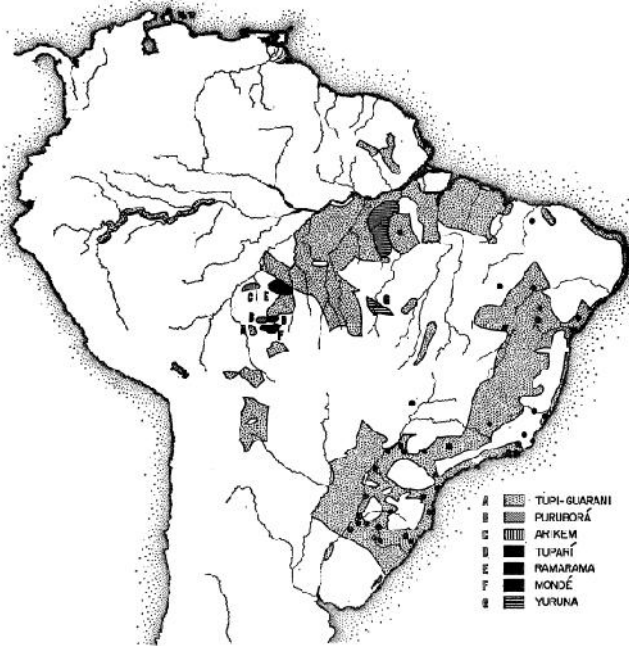


Figura 1 – Expansão do tronco linguístico tupi pela América do Sul. Fonte: Meggers (1977, p.295)

Dessa observação, Rodrigues (1994, p. 31) conclui que, provavelmente, as línguas tupi (tupinambá) e guarani tiveram uma origem comum e que, pela presença do grande número de cognatos, sua separação deve ter sido recente.

A grande dispersão geográfica das línguas da família tupi-guarani indica que os antepassados dos povos que as falam empreenderam muitas e longas migrações (RODRIGUES, 1994, p. 33). Essas migrações, provavelmente, teriam ocorrido inicialmente há 2 ou 3 mil anos, e no decorrer

desse tempo teriam continuado a se dispersar até recentemente (URBAN, 1996, p. 92). Exemplo disso está nos movimentos migratórios observados entre os guarani Mbiá, que em sucessivas levas se deslocam do sudoeste do Brasil e do nordeste da Argentina e do Paraguai oriental em direção ao leste, até alcançarem o litoral Atlântico, para depois continuarem deslocando-se até o nordeste, assemelhando-se às migrações pré-colombianas, que levaram seus antecessores a colonizar toda a costa do Brasil, quando da chegada dos portugueses (RODRIGUES, 1994, p. 33).

Vejamos algumas:

Conceito	Tupi	Guarani
pedra	itá	itá
tatu	tatú	tatú
mão dele	ipó	ipó
eu dormi	akér	aké
você o quis	ereipotár	ereipotá
eu e ele dissemos	oro'é	oro'é

Quadro 1 – Correspondência entre palavras tupi e guarani. Fonte: Rodrigues (1994, p.30).

Para Urban (1996, p. 92), esse padrão de deslocamento entre os tupi-guarani poderia ser interpretado como movimentações em forma de explosões e radiações a partir de centros. Assim, "línguas muito distantes acabam se revelando muito relacionadas" (URBAN, 1996, p. 92).

O referido autor (URBAN, 1996, p. 92), usando os dados linguísticos disponíveis até o momento de seu artigo, criou um modelo hipotético tentando explicar a movimentação dos grupos que falavam línguas da família tupi-guarani no decorrer do tempo. Partindo da hipótese de que os grupos linguísticos tupi-guarani teriam se diferenciado de outros grupos de origem macrotupi (tronco tupi) em algum lugar dos rios Madeira e Xingu, coloca os kokama e os omagua como grupos da primeira cisão da grande família. Teriam eles se deslocado para cima, em direção ao Rio Amazonas, mais precisamente em direção ao alto Amazonas. Na mesma época, os guaiaki teriam ido para o sul, em direção ao atual Paraguai, e os xirionó, para o sudoeste, em direção a atual Bolívia. Contemporaneamente a essa primeira

leva ou onda de dispersão, seguiram os xetá em direção ao extremo sul do Brasil, e os tapirapé e tenetehara em direção ao nordeste, atravessando os rios Xingu e Tocantins até próximo à foz do Amazonas. A dispersão final teria ocorrido após o ano 1000, com os grupos falantes do chiriguano e guarayo na Bolívia, com os tapieté e guarani no Paraguai, os kaingwa na região entre o Paraguai, a Argentina e o Brasil, e os grupos que vieram a ocupar a costa do Brasil até a foz do Amazonas: os tupinambá, tupiniquins e potiguara. (URBAN, 1996, p. 92).

Uma ressalva importante deve-se fazer ao modelo de dispersão desenvolvido por Urban (1996). Rodrigues (1994, p. 43) considera que os kokama surgiram da interação entre a língua tupi-guarani e outra língua ainda não identificada. No entanto, salienta o autor que os kokama resultaram da migração de um povo que falava uma língua muito mais próxima da dos tupinambá. Ora, se os kokama e os omaguá fazem parte da primeira leva migratória, como poderiam descender dos tupinambá, grupo da última vaga migratória? (URBAN, 1996, p. 92). Segue Rodrigues (1994, p. 44) dizendo que a língua kokama não pode ser imediatamente associada às línguas do baixo Amazonas⁴ nem com as do Tocantins, Araguaia, médio Xingu, Tapajós e Madeira⁵. Partindo da ideia que os kokama se desdobrassem da língua tupinambá por empréstimo ou interação entre duas línguas, também seriam resultantes das migrações tupinambá, o que não condiz com o modelo desenvolvido por Urban (1996, p. 92).

De qualquer forma, não parece haver ainda um consenso definitivo entre os modelos de expansão linguística da família tupi-guarani. Também não há, a partir dos dados linguísticos, como definir com precisão a mobilidade espacial e temporal desses grupos. Não se sabe, por exemplo, se a referida expansão foi ocasionada, originalmente, por uma adaptação ecológica (MEGGERS; EVANS, p. 1977) ou por aspectos puramente culturais (CLASTRES, p. 1990). O que podemos afirmar é que, durante a pré-história, os grupos de filiação linguística tupi-guarani diferenciaram-se de seus ancestrais tupi e passaram a assumir uma identidade própria, uma postura amplamente expansionista, sem se prenderem aos espaços físicos e tornando sua sociedade cada vez mais móvel sobre o espaço, traço este que não podemos dissociar de sua cultura (URBAN, 1996, p. 92).

⁴ Ver Lathrap (1975) "O Alto Amazonas".

⁵ Como foi proposto por URBAN (1996, 92).

5. Cosmologia e expansão tupi-guarani

O objetivo deste tema é fazer uso teórico de uma ferramenta útil para elucidações sobre a organização social dos tupi-guarani, implicando diretamente na ampliação do conhecimento cultural e movimentação espacial desses povos. Essa ferramenta consiste em analisar a organização social de grupos tupi-guarani a partir de uma perspectiva cosmológica, como cunhada por Viveiros de Castro (1986) e Pierre Clastres (1990).

Sabemos que a organização social dos tupi, e mais especificamente a dos tupi-guarani, foi pautada na formação de famílias extensas. Cada família desse porte ocupava:

Uma casa grande comunal que abrigava dezenas e mesmo centenas de pessoas, com chefia patrilineal. Os chefes exerciam um poder muito variável sobre o grupo local. As aldeias às vezes se confederavam debaixo de um único chefe sobre grandes áreas (BROCHADO, 1989, p. 78).

O grupo cultural em que predominam as relações de parentesco, como é o caso das famílias extensas tupi-guarani, constituíam “matrizes que asseguravam a transmissão de uma parte essencial da vida social” (CLAVAL, 1999, p. 119) e sempre estiveram fundamentadas nas relações de descendência e de aliança (CLAVAL, 1999, p. 120).

Essas famílias eram organizadas dentro de uma aldeia tupi-guarani em casas ou malocas, as quais eram verdadeiros espaços sociais formados por aglomerados de pessoas ligadas por laços de parentesco “muito mais íntimos e fortes do que entre os membros de malocas diferentes” (FERNANDES, 1989, p. 64). Sem dúvida, essa coexistência espacial dos membros de uma grande família formava uma “autêntica comunidade efetiva de vida” (FERNANDES, 1989, p. 64).

Em suma, a organização sociopolítica de grupos guarani, importante membro da família maior tupi-guarani, está fortemente vinculada ao sistema de parentesco. As famílias extensas eram compostas por várias famílias nucleares reunidas em torno de uma liderança política e/ou religiosa, a partir de laços de parentesco que poderiam ser tanto sanguíneos, quanto políticos

e/ou adotivos (NOELLI, 1999-2000, p. 248). Este autor cita que

Nem a matrilocidade nem a patrilocidade funcionavam como fator agregador, mas sim o prestígio de um líder com capacidade de organizar grupos guerreiros ou de trabalho, com qualidades de bom orador, guerreiro, agricultor, caçador, articulista político e provedor de grandes festas (NOELLI, 1999-2000, p. 248).

Ilustrações significativas sobre o poder de um líder ou chefe na comunidade indígena tupinambá são encontradas nos famosos relatos de Hans Staden. O autor menciona que entre os povos tupinambá do litoral, onde se encontrava no momento de sua captura, não havia nenhum tipo de governo constituído nem privilégios. Cada cabana tinha seu superior e ele era o chefe.

Todos os chefes eram da mesma origem e tinham o mesmo direito de governar e dar ordens. Os moradores de cada cabana obedeciam ao chefe de cada uma delas. O que o chefe ordenava seria feito, não por obrigação ou por temor, mas unicamente por boa vontade (STADEN, 2008, p. 145).

Supomos, diante do pequeno trecho exposto, que os chefes de aldeia eram os motores da organização social tupi-guarani, quem determinava, em alguns casos, o desmembramento ou a união das famílias dentro de uma aldeia.

Para Fernandes (1989, p. 86), a organização ecológica e o sistema organizatório tupinambá (fundado pelo sistema de parentesco) estavam subordinados ao sistema religioso, fonte última dos valores tupinambá, imprimindo suas marcas em todo sistema social.

Viveiros de Castro (1989, p. 90) afirma que a religião é o fator primordial desses grupos indígenas, e que ela implica a concepção de uma sociedade e de uma reprodução social modesta em oposição a uma ênfase no plano místico-cosmológico. Reforça a afirmação dizendo que a plasticidade ou fluidez da organização social tupi-guarani, com notável

variedade em morfologia social, encontra sua contrapartida em uma homogeneidade no discurso cosmológico, em que os temas místicos e a vida religiosa atravessam séculos de história e milhares de quilômetros de distância.

Em comunhão com os autores citados, parece ser unanimidade entre os arqueólogos e antropólogos sociais que estudam a cultura tupi-guarani atribuir-lhe uma conotação religiosa muito ampla, que influenciaria diretamente sua organização social e sua dispersão pelo espaço. Referindo-se aos guarani, Pierre Clastres (1990, p. 10) diz que a substância dessa sociedade é seu mundo religioso. Afirma ainda que “se seu ancoradouro nesse mundo se perder, então a sociedade se desmoronará”. A organização social dos guarani sob a forma de famílias extensas parece estar diretamente vinculada ao poder religioso. “A relação dos guarani com seus deuses é o que os mantém como Eu coletivo, o que os reúne em uma comunidade de crentes. Essa comunidade não sobreviveria um só instante à perda da crença” (CLASTRES, 1990, p. 11).

Para Viveiros de Castro (1986, p. 106) e Noelli (1999-2000, p. 248), a variabilidade das formas organizacionais dos tupi-guarani encontra sua causa na capacidade de adaptação a meio ambientes específicos e a influências culturais diversas, fruto, portanto, da plasticidade da organização social, política e de parentesco, o que favorecia a aquisição de novas formas de subsistência, da prática da medicina e da utilização de matérias-primas. No que se refere à homogeneidade da vida religiosa, podemos pensar como Noelli (1999-2000, p. 248), para quem a troca de informações era contínua entre pessoas de aldeias diferentes, tanto no âmbito local quanto regional; e, pensando em escala ainda maior, num imenso território de falantes guarani, com bom nível de comunicação e incorporação de novos significados. Amarrando, de um lado, imensas áreas comunicáveis entre aldeias guarani ou povos tupi-guarani, e de outro, a religião e os mitos inerentes e fundamentais na formação social desses grupos, podemos dar uma resposta, mesmo que incompleta, para a homogeneidade da vida religiosa e também das línguas tupi-guarani em amplo espaço territorial.

Quanto à relação cosmológica e social entre os tupi-guarani, podemos dizer que a cultura e a sociedade são pensadas, entre eles, como um momento intercalado entre a natureza e a sobrenatureza. Partindo desse pressuposto, a sociedade tupi-guarani forma um modelo triádico cosmológico-social, com uma série animal, uma série humana e uma série divina (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 115). O fato mais significativo para essa formação social é a maneira como esse modelo é vivido no cerne

dessas sociedades. “O foco central não é a sociedade em si, mas os dois outros, o animal e o deus” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 115). A sociedade torna-se, assim, um espaço de dispersão, no que diz respeito aos níveis sociológicos e às estruturas sociais.

Algumas considerações devem ser feitas a respeito do trecho exposto acima. Ao que parece, ao menos nos grupos guarani, parte de sua ampla dispersão espacial pode ser resultante da recusa à formação de uma nova política em lugar da antiga ordem social. Segundo Clastres (1990, p. 11), o poder dos Karai já se fazia sentir quando se deu a colonização portuguesa. Eram homens que proclamavam a necessidade de abandonar o mundo, que consideravam mau, para uma incessante procura das terras não mortais, do lugar dos deuses, ou a série divina, nos dizeres de Viveiros de Castro (1986). A procura pela “terra sem mal” lançou milhares de índios a uma busca constante desse tal paraíso, que frequentemente obedecia ao sentido do oeste para o leste, na direção do sol nascente (CLASTRES, 1990, p. 11). Para este autor, essa crise social pela qual passavam os guarani, muito antes da aparição dos europeus, estava ligada “à lenta, mas segura emergência de potências de dominação territorial” (CLASTRES, 1990, p. 11), ou seja, a sociedade tribal guarani via surgir em seu próprio meio uma nova ordem, um poder político separado de suas crenças, talvez um embrião para formação de um estado.

Os principais fatos até aqui reunidos são: a formação da aldeia por famílias extensas; casas ou malocas constituídas por relações estreitas de parentesco; a liderança de uma maloca por um único homem; a igualdade de poderes dos líderes na aldeia ou comunidade; a heterogeneidade nas estruturas sociais devido à fluidez social e aos fortes mecanismos adaptativos; a homogeneidade cosmológica, por ser inerente ao grupo social e facilmente deslocável no tempo e no espaço; e, finalmente, uma formação social dispersiva devido ao notável valor dado à cosmologia.

Considerando o entrelaçamento desses fatores essenciais da vida social tupi-guarani, podemos concluir que esses grupos estabeleceram pontes muito frágeis entre a pessoa e a sociedade, ou seja, entre a maloca, ou comunidade efetiva de vida (e seus componentes humanos), e a aldeia.

Isso implica que a flexibilidade organizacional, a indiferenciação interna e consequente inibição de sistemas de prestação que poderiam dividir ou integrar o corpo social, associado a um complexo de relações

individualizadas com o mundo espiritual, gera aquilo que foi chamado de individualismo (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 126).

Esse individualismo remeteria a formação social dos tupi-guarani a um “produto agregado de relações individualmente negociadas, e desta forma relações sociais e relações individuais que permanecem na mesma ordem de complexidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 126). Dessa forma, a formação social dos guarani só tem razão de ser “porque uma mesma fé os reúne e assim continuam como tribo; somente sua religiosidade anima seu espírito de resistência” (CLASTRES, 1990, p. 11).

Provavelmente, esse individualismo social, que ao mesmo tempo remete ao grupo tupi-guarani o valor de uma sociedade, tenha sido, em tempos pretéritos, o principal motivo para o desmembramento, com a aglomeração de famílias que se mudaram, dando origem às novas aldeias. Um fenômeno complexo como a expansão tupi não pode ser visto por apenas um eixo em contraposição a outros. Assim, esperamos que a breve análise da cosmologia tupi-guarani possa ser útil ao menos para elucidar um dos motivos pelos quais esses grupos assumiram uma postura tão expansiva no transcorrer da história.

6. As expansões tupi

O objetivo primeiro deste capítulo é posicionar, de forma sintética, as hipóteses vigentes sobre a expansão dos tupi pelos territórios sul-americanos no decorrer da pré-história, vista na perspectiva dos arqueólogos que trataram do assunto.

Os estudos da linguística, da etnologia e da paleoecologia sobre esse tema serão confrontados com os dados arqueológicos, como as manifestações da cultura material e as datações absolutas dos artefatos e ecofatos.

Pretendemos introduzir algumas comparações entre as vertentes teóricas clássicas (LATRHAP, 1975; BROCHADO, 1989; NOELLI, 1996; RENFREW, 2000; MEGGERS; EVANS, 1973; MEGGERS, 1978) e incluir algumas contribuições recentes, dando enfoque às novas datações absolutas em diferentes regiões do Brasil, a fim de colaborar para a

sistematização dos fatos.

Para Brochado (1989), os grandes deslocamentos humanos que ocorreram em nossa pré-história não foram exatamente migrações, “no sentido de que as regiões de onde saíram não ficaram vazias, pelo contrário, a população continuava crescendo até o ponto de obrigar a saída de novas vagas humanas” (BROCHADO, 1989, p.80). O autor levado por uma linha de pensamento que considera o caráter contínuo desses deslocamentos no decorrer da pré-história e história indígenas, e que essas levas partiriam de um centro que não se extinguiu com as sucessivas movimentações, nomeou-se esse fenômeno como “deslocamento expansivo”.

Renfrew, em seu artigo *At the Edge of Knowability Towards a Prehistory of Languages* (2000), nos oferece um importante paralelo teórico para a compreensão das movimentações tupi na pré-história. Trabalhando a dispersão do proto-indo-europeu na Europa, explica, em linhas gerais, que o fenômeno expansivo ocorrido em época pretérita, provavelmente foi também resultante de uma expansão agrícola por aqueles territórios, o que, por conseguinte, implicou em uma dilatação da população e da protolíngua em questão. Esse fenômeno seria fruto de uma “inteligibilidade econômica”, sustentada pela agricultura e por um forte crescimento demográfico, levando à formação de uma zona de expansão. Renfrew (2000) sustenta que as diversas variações linguísticas ocorridas dentro do proto-indo-europeu estão relacionadas a mudanças demográficas, sociais e econômicas. Consequentemente, podemos pensar, num primeiro momento, no paralelo entre mudanças linguísticas e transformações graduais na cultura material.

O arqueólogo norte-americano Donald Lathrap, em seu célebre livro “O Alto Amazonas”, apresenta uma hipótese para a expansão dos povos de cultura de floresta tropical com origens remotas nas “planícies alagadas do Amazonas e norte da América do Sul” (LATHRAP, 1975, p. 72). Para o autor, essas áreas constituíam um importante ecossistema para o desenvolvimento da agricultura em períodos muito recuados da história. “Testemunhos arqueológicos provam que a cultura da mandioca é muito antiga e o primeiro início de seu cultivo é proveniente das planícies inundadas dos principais rios da zona norte da América do Sul” (LATHRAP, 1975, p. 60). Acrescenta ainda que “durante o segundo milênio antes de Cristo a mandioca ácida já era o principal produto de numerosos grupos étnicos portadores de tradições cerâmicas muito diferenciadas” (LATHRAP, 1975, p. 60). Assim, podemos pensar que há 4.000 anos, o cultivo do tubérculo já era conhecido e bem desenvolvido nas várzeas do Rio Amazonas.

Segundo a hipótese de Lathrap (1975), o desenvolvimento de uma agricultura adaptada ao clima da floresta amazônica junto às férteis terras de várzeas próximas às margens do Rio Amazonas provocaram crescimento e aumento na densidade demográfica dos povos que ali habitavam. Este era o principal motivo de seus movimentos e deslocamentos na região amazônica e também para fora dela. Essas observações foram possíveis graças à distribuição das línguas aparentadas sobre grandes áreas territoriais e o esforço de correlacioná-las ao material arqueológico achado em área comum. Em grande parte, as propostas hipotéticas de Lathrap (1975) assemelham-se aos estudos de Renfrew (2000), sugerindo assim que as expansões de povos amazônicos também obedeceram ao modelo de adaptação agrícola / crescimento populacional / dispersão por novos territórios à procura de novas terras agricultáveis.

A maior parte das ideias de Lathrap (1975) foi defendida e aprimorada por Brochado (1989), para quem o motor principal da migração dos tupi foi a “pressão demográfica causada pelo contínuo aumento da população, devido ao eficiente aproveitamento de recursos do ambiente” (BROCHADO, 1989, p. 79). Enfatizou também que as terras de várzeas exploradas pelos indígenas só eram procuradas quando se apresentavam muito boas para o cultivo. A competição por esse recurso limitado dentro da floresta amazônica “forçou as comunidades a se afastarem, buscando sempre, porém, o mesmo nicho ecológico – os ricos solos aluviais, fáceis de trabalhar e que produziam o máximo com o mínimo de esforços” (BROCHADO, 1989, p. 79).

Esse modelo de expansão territorial tupi, pautado na densidade demográfica nas várzeas do Rio Amazonas e na procura de novas terras semelhantes ao ambiente original para o cultivo tradicional, condiz com o sistema de ocupação desses grupos, principalmente dos tupi-guarani, que se expandiram e “ocuparam um circuito de terras baixas, rodeando os planaltos brasileiros habitados por falantes de línguas do tronco Macro-Jê” (BROCHADO, 1989, p. 78). Durante o processo de deslocamento e expansão territorial, novas áreas eram incorporadas, repetindo um padrão ocupacional bem adaptado ao ambiente tropical em outros ecossistemas como a mata litorânea, a mata pluvial tropical, ou subtropical, e as matas ciliares.

Seguindo a linha de Lathrap (1974) e Brochado (1989), o também arqueólogo Noelli (1996, p.34-35) pressupõe que a ocupação tupi sobre o território sul-americano se deu de forma lenta e sistemática. Constatou que a causa dessa gradativa ocupação era causada pela natureza cultural de um

povo com alto grau de sedentarismo. As consequências principais dessa importante e lenta expansão foram o fracionamento das aldeias (crescimento populacional), resistência das populações que ocupavam as áreas pretendidas, preparação do ambiente ocupado (transformação da floresta primária em área conhecida e produtiva) e anexação contínua e paulatina de áreas imediatamente adjacentes aos territórios ocupados.

A esse ponto da explanação sobre as causas principais da expansão tupi sobre o território brasileiro e sul-americano, percebemos que os três principais autores citados (LATRHAP, 1975; BROCHADO, 1989; NOELLI, 1996) compartilham hipóteses e dão a elas sequência e refinamento. Seria, portanto, necessário expandir e confrontar as ideias até aqui apresentadas.

Os pesquisadores norte-americanos, Meggers (1973, 1977) e Evans (1973), apresentam um modelo diferente para explicar as expansões da família tupi-guarani sobre amplo território. Baseados na correlação entre os artefatos arqueológicos e suas datações absolutas, a análise linguística e os dados paleoambientais, associam as expansões pré-históricas com as prováveis reduções florestais ocorridas durante o Holoceno.

Fortemente influenciados pela “teoria dos refúgios”, Meggers e Evans (1973) estipulam um período entre 3.500 a 2.000 anos antes do presente, em que houve um tempo de maior aridez na América do Sul⁶, resultando na redução da floresta amazônica e na formação de vários enclaves florestais separados por savanas ou campos (MEGGERS, 1977, p. 288). Sugerem que essas alterações na vegetação funcionaram como um forte desregulador adaptativo do sistema de subsistência de alguns grupos humanos e suas consequentes dispersões para outros territórios (MEGGERS; EVANS, 1973, p.62).

Outro fator importante na comparação entre os dois modelos é que, por um lado, Latrhap (1975), Brochado (1989) e Noelli (1996) preconizam que esses povos já eram agricultores, tendo sido o crescimento populacional e o aumento da produção e das terras aproveitáveis para a agricultura os principais motivos para o início e a continuidade de deslocamentos à procura de novas terras. Por outro lado, Meggers e Evans (1973) acreditam que esses povos, no momento da diferenciação, eram ainda pré-agricultores e não fabricavam cerâmica (MEGGERS; EVANS, 1973, p. 57). Desse ponto de vista, o fator agricultura não se apresenta entre as causas da movimentação

⁶ Resultados de datação por carbono 14 do leste da Colômbia e sul do Brasil.

pré-histórica desses povos, pelo menos no momento inicial do fenômeno que, para esses autores, corresponde a 5.000 anos antes do presente.

Detendo-se mais na questão das áreas de refúgios florestais, a reconstrução do paleoambiente amazônico indica alguns locais onde a floresta parece ter persistido durante intervalos áridos no quaternário (MEGGERS, 1978, p. 288). Os refúgios existentes nessa época eram periféricos às planícies e mais intimamente relacionados com o relevo. Se levarmos em conta que as populações afetadas pelas mudanças climáticas da época eram adaptadas à “cultura de floresta tropical”, e que pela gradativa redução das florestas elas tiveram que migrar para outras áreas não amazônicas ou adaptar-se aos redutos florestais, alguns de seus remanescentes culturais teriam que testemunhar essa correlação pré-histórica (MEGGERS, 1978, p. 289). De fato, temos uma referência nesse assunto que parte do estudo linguístico de Urban.

Urban (1996) propõe uma área ecológica diferente para explicar o centro de origem das principais famílias linguísticas brasileiras e sul-americanas, entre elas o tronco tupi, que pode ser relacionado aos antigos refúgios florestais comentados por Meggers e Evans (1973). Usando o método de reconstrução linguística, adotado pela linguística comparativa, Urban (1996) formula a hipótese das cabeceiras ou periferia. Essa proposta inclui os principais troncos linguísticos, como o tupi, carib e arawak, em uma área de origem diferente das várzeas da Amazônia central, primeiramente proposta por Lathrap (1974).

Por volta de 6.000 até 1.000 a 2.000 anos atrás, os ancestrais das macrofamílias citadas viviam em áreas de cabeceiras (e não em várzeas, como afirmam Lathrap, Brochado e Noelli), a uma altitude média de 500 metros. Urban (1996) enfatiza que não há famílias linguísticas com profundidades cronológicas superiores a 3.000 anos antes do presente, cujas zonas de origem se encontrem basicamente no médio e baixo Amazonas (URBAN, 1992, p.100). O estudo das línguas isoladas, ou seja, “que não possui ligação com outras línguas ou família linguística” (URBAN, 1992, p.99), mostra um foco de dispersão dessas famílias muito recuado no tempo, por volta de 6.000 anos atrás, em que todos esses casos se encontravam em áreas de cabeceira. Seguindo os princípios da reconstrução linguística, a maior parte das grandes famílias (tupi, jê, arawak e carib), assim como das famílias isoladas, está situada em áreas de cabeceira – em uma periferia amazônica –, que pode ter sido em tempos pretéritos a origem desses povos que mais tarde vieram a se difundir por terras baixas da América do Sul.

O confronto das hipóteses sobre a origem do grupo tupi é de máxima importância e estimula a procura de novos dados a partir de novas pesquisas na região amazônica e no Brasil em geral. Modelos arqueológicos, linguísticos, paleobotânicos e etnológicos têm lançado outras luzes para a compreensão desse complexo movimento social. Aos pesquisadores atuantes nesse campo cabe fixarem-se nas particularidades regionais a respeito do sistema cultural tupi-guarani. Só assim as generalidades superficiais serão substituídas gradativamente pelas particularidades que no futuro aprofundarão o assunto.

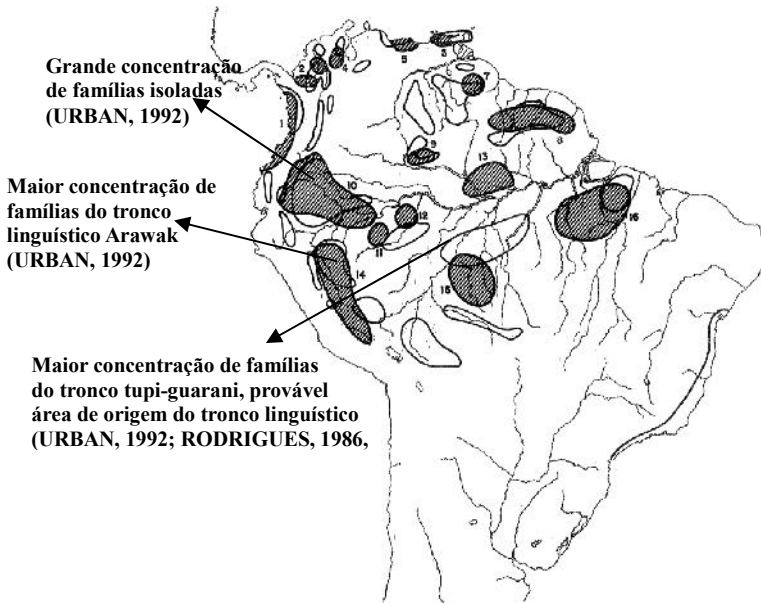


Figure 3 Forest refugia, reconstructed from the present distributions of four families of woody plants (hachure) and several raais and species of butterflies (outline). (After Franco 1973: fig. 24; Brown, Sheppard and Turner 1974: fig. 3.)

Número de refúgios (perímetro hachurado) localizados em áreas periféricas da floresta amazônica, associados à concentração de famílias linguísticas proposta por Urban (1992).

Figura 2 – Associação da origem das famílias linguísticas e dos refúgios florestais. Fonte: Meggers (1977), Urban (1992) e Rodrigues (1986, 1994)

7. As movimentações tupi-guarani na perspectiva dos arqueólogos

A respeito dos povos tupi, supõem-se, em termos linguísticos (URBAN, 1992), que migraram de um centro de origem comum e que sua rota de migração mais provável seria a que se estende desde a área de fronteira entre Brasil e Bolívia até o Paraguai, subindo, finalmente, a costa do Brasil. Essa suposição está baseada nos estudos linguísticos de Rodrigues (1985) e Urban (1992), que indicam serem as línguas faladas nessa rota (chiriguano, guarani, tupinambá e outras) muito próximas, sendo dialetos de uma única língua.

Para Brochado (1989), a ideia de uma onda migratória comum entre os tupinambá do litoral e os guarani do interior meridional não é correta. Para esse autor, a rejeição da hipótese de que a expansão tupi-guarani levasse grupos de origem guarani e tupinambá pelo mesmo caminho se aprofunda nos pressupostos comparativos entre a cerâmica e a língua desses povos.

Para Lathrap (1975), Brochado (1989) e Noelli (1996), uma das maiores evidências da expansão tupi-guarani pelos territórios brasileiros, e em último caso sul-americanos, é a difusão da cerâmica característica desse grupo, conhecida por Tradição Policrôma Amazônica⁷. Para Brochado (1989, p.68), a distribuição da cerâmica da Tradição Policrôma Amazônica pelo Rio Amazonas e seus formadores, bacia platina, litoral atlântico e litoral atlântico do nordeste e leste, coincide com as antigas áreas de ocupação tupi. Tanto para Brochado quanto para Lathrap, a cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica e sua subtradição Guarita teriam surgido a partir da evolução de uma cerâmica chamada de estilo barranca, desenvolvida pelos protoarawak. Essa cerâmica policrômica teria se espalhado por todas as áreas citadas através dos movimentos tupi.

Dessa forma, Brochado (1989), fazendo uso das hipóteses de Lathrap (1975), afirma que os prototupi foram “forçados pela pressão demográfica a migrar para fora da Amazônia Central, subindo até as cabeceiras de seus afluentes meridionais (Madeira, Guaporé e Xingu) e se

⁷ A pintura policrômica é formada por linhas vermelhas e/ou negras sobre branco, mais raramente linhas negras ou brancas sobre vermelho. E também por faixas vermelhas sobre engobo branco, ou diretamente sobre a superfície, assim como a pintura vermelha ou branca cobrindo amplas áreas, através de banho em solução de argila líquida pigmentada (SCATAMACCHIA, 1990, p. 88).

acantonando contra a escarpa dos chapadões do planalto central brasileiro” (BROCHADO, 1989, p.73). Esse processo teria ocorrido há 5.000. Para Lathrap, esse mesmo movimento deveria ser interpretado da seguinte forma: o grupo proto-tupi-guarani teria surgido na margem sul do Amazonas, um pouco abaixo da confluência do Rio Madeira e, devido à expansão dos Araucanos⁸, esses povos bloquearam a ascensão da corrente principal do Amazonas, subiram o Rio Madeira, e acabaram por se estabelecer em uma pequena mancha de terra aluvial, no sopé da serra dos Parecis, originando assim seis famílias linguísticas divergentes (LATHRAP, 1975).

É necessário relembrar o fato de que a maior parte das famílias linguísticas em que se dividiu o tronco tupi (RODRIGUES, 1984, p.194) esteja concentrada em uma área ao sul do Amazonas, entre o Madeira e o Xingu, enquanto que um ramo desse tronco, a família denominada tupi-guarani, está espalhada por todo território brasileiro, no nordeste da Argentina, sul do Paraguai, Uruguai, leste da Bolívia e do Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana Francesa (BROCHADO, 1989, p.67).

A primeira pergunta a se fazer é a respeito de por que teria ocorrido uma intensa dispersão da família linguística tupi-guarani em prol de uma ocupação “estagnante”, dentro do território sul-amazônico, de grande parte das famílias linguísticas tupi. Renfrew (2000) e Bellwood (2001) fizeram algumas análises sobre o ritmo de dispersão de povos agrícolas que podem ajudar a elucidar a questão. Esses autores afirmam que, em boas condições, uma sociedade pequena pode dobrar sua população em apenas uma geração.

Provavelmente, essa forte adaptação ao meio, provocada pelo avanço do sistema agrícola e do aproveitamento dos recursos naturais, pôde favorecer o aumento da população e a velocidade do ritmo de dispersão dessas populações durante o ano. Seguindo esse parâmetro, os grupos tupi-guarani teriam desenvolvido, no âmago de seu complexo social, sistemas mais adequados de manejo do ecossistema e de organização social do trabalho, contribuindo para uma melhor adaptação desses grupos em proveito de seus parentes linguísticos. O conhecimento geográfico das terras

⁸ Macrofamília linguística também conhecida por macro Arawak (URBAN, 1992, p. 95) que se dispersou amplamente pelos territórios das Antilhas, Chaco paraguaio, foz do Amazonas, alto Xingu, bacia do Titicaca, além de toda a região oeste da Amazônia, atravessando o norte da América do Sul através das Guianas (LATHRAP, 1975; URBAN, 1992).

agricultáveis, o reconhecimento de espécies proveitosas para a alimentação e as técnicas de armazenamento de alimentos também podem ter cooperado para a expansão dos povos de origem tupi-guarani.

Avançando nas comparações entre o paleoclima e a dispersão populacional pré-histórica na Amazônia, Meggers e Evans (1973, p.63) utilizam os dados levantados por Haffer (1969) e destacam o fato de algumas áreas de refúgios estarem próximas às terras natais dos arawak e tupi-guarani e, “em particular, às regiões ocupadas por aquelas famílias que não emigraram” (MEGGERS & EVANS, 1973, p.63)⁹. Esses autores levantam uma hipótese diferenciada sobre as famílias que experimentaram amplas dispersões, como é o caso da família tupi-guarani. Essas teriam habitado regiões ligeiramente mais secas e na época de aridez teriam sido primeiramente afetadas pelas mudanças climáticas. Destacam que o ponto crítico fora alcançado por último, quando a retração da mata chegou ao ponto de não oferecer mais recurso para toda a população. Essa hipótese leva-nos a pensar em uma emigração emergencial, ao contrário de uma expansão agrícola como proposto por Latrhap (1975), Brochado (1989) e Noelli (1996), além de dar a impressão de que foram movimentos rápidos e amplamente determinados pelos regimentos do ambiente, quando, nos dizeres de Meggers e Evans (1973, 63), “a emigração tornou-se a única solução”.

Não queremos, neste capítulo, tomar partido de uma ou de outra hipótese ou modelo de expansão, mas apenas levantar os dados e fazer as comparações que consideramos pertinentes. Como é um trabalho introdutório e que aborda uma macrorregião, sabemos que qualquer afirmação feita por nós sobre algum fato implicaria constatações frágeis, uma vez que ainda não temos um panorama teórico e empírico completo sobre a formação das famílias tupi e suas movimentações no decorrer da história.

Dentro de uma perspectiva conceitual, podemos enquadrar a área dos grupos tupi do sul da Amazônia, como uma zona mosaico ou residual, sendo que no período inicial de colonização dessa área, teriam esses grupos se estabilizado naquele ecossistema e dado origem a pequenas unidades linguísticas (novas famílias). Parece-nos que em boa parte das famílias linguísticas do tronco tupi esse sistema mosaico teria persistido, mantendo

⁹ Ver figura 2.

assim certa “estabilidade”, e que de alguma forma esses grupos se acomodaram àquele território. No entanto, uma das famílias linguísticas, o tupi-guarani, enquadra-se na perspectiva de uma zona de expansão, que é caracterizada por um número limitado de unidades linguísticas diferentes; no caso dessa família, são diversas línguas, porém muitas delas bem aparentadas, fruto da expansão de uma língua ancestral sobre uma ampla área (RENFREW, 2000).

Após a chegada dos prototupi entre os rios Madeira e Xingu, fruto do crescimento demográfico e da intervenção dos grupos araucanos na Amazônia Central, os prototupi se desenvolveram em várias famílias (dez famílias). A partir de então, um ramo da subtradição Guarita, pertencente à Tradição Policrôma Amazônica, foi levada para fora da Amazônia, em direção ao sul, pelo sistema Madeira-Guaporé (BROCHADO, 1989). Nesse trajeto perderam-se técnicas decorativas importantes (ver BROCHADO, 1989), mas por outro lado, surgiram novas formas de panelas e jarros corrugados ou pintados, provavelmente adquiridos no leste da Bolívia (Tradição Pacacocha). Essa diferenciação cerâmica, para Brochado (1989), deve corresponder à separação do proto-Guarani.

Esses ancestrais dos Guarani passaram para a drenagem do Paraguai e se espalharam pelo sistema fluvial Paraná, Paraguai, Uruguai, costa Atlântico e bacias de rios costeiros. Datas de 2.200 B.P. são sugeridas para o início desta transformação pelo fato de que por volta de 1800 B.P. a cerâmica da subtradição Guarani já estava espalhada por essas áreas (BROCHADO, 1989, p. 74).

Para Lathrap (1975), haveria duas principais subtradições cerâmicas dentro de uma tradição maior conhecida por Tradição Policrômica Amazônica. Essas subtradições seriam a Guarita, da qual os guarani se desdobraram, e a Miracanguera, da qual teria se desdobrado a subtradição tupinambá, além dos kokama e omagua, do alto Amazonas. Enquanto a subtradição Guarita seria mais simples, com ausência de urnas funerárias antropomórficas, a Miracanguera era derivada de formas mais complexas de vasos, incluindo as famosas urnas antropomórficas da cultura marajoara (LATHRAP, 1975).

Com base nessa separação em subtradições realizada por Lathrap,

como exposto acima, foi que Brochado distinguiu a movimentação dos tupinambá em uma direção oposta à dos guarani. O maior florescimento da cerâmica Miracanguera deu-se na cultura marajoara, e uma divisão dessa subtradição, mais simplificada, perdendo principalmente a forma fechada (urnas antropomórficas), foi levada pelos prototupinambá, os quais teriam primeiramente descido pela costa atlântica, há pelo menos 1500 B.P. (*before present*), até o Trópico de Capricórnio, por volta de 1000 B.P. (*before present*) e, finalmente, movido-se ao interior, subindo o curso dos rios costeiros (BROCHADO, 1989, p. 75). Esse movimento divergente (protoguarani/tupinambá) resultou num encontro entre os dois grupos, separados há quase um milênio, formando uma fronteira ativa e hostil no sul do Brasil, em parte, ao longo do Tietê. (BROCHADO, 1989, p. 75).

Utilizando a subdivisão estabelecida por Brochado, os sítios do litoral estariam representados pelos grupos tupinambá, com decoração predominantemente pintada, enquanto os sítios situados ao sul, representados pelos grupos guarani, teriam domínio de motivos plásticos, cujo principal estilo é o corrugado.

Sem a intenção de fazer projeções maiores quanto às diferentes rotas e movimentações de grupos filiados à família tupi-guarani, Rodrigues (1985, p.37-39), interessado em agrupar o conjunto de línguas tupi-guarani em subconjuntos comuns, estabelecidos por semelhanças de propriedades fonológicas, parece dar mais vivacidade ao modelo proposto por Brochado, que se preocupa em separar espacialmente os grupos tupinambá e guarani durante seus deslocamentos.

Enquanto os guarani e seus diversos dialetos¹⁰ foram agrupados no subconjunto I, os tupinambá, assim como os kokama e omagua, foram agrupados no conjunto III. Essa diferenciação linguística entre esses dois subgrupos, assim como a informação já levantada do desdobramento da língua kokama a partir da língua tupinambá (RODRIGUES, 1984, p.38), parece ser mais um dado sugestivo que apoia parte do modelo desenvolvido por Brochado, pelo menos no que se refere às movimentações das subtradições guarani e tupinambá.

De fato, se os kokama não podem ser associados às línguas faladas no Tocantins, Araguaia, médio Xingu e Tapajós-Madeira – compartilhando mais propriedades fonológicas com os tupinambá –, torna-se difícil pensar

¹⁰ Kaiwá, Mbiá e Nhandéva (ver RODRIGUES, 1994).

em um deslocamento comum, por uma mesma rota de dispersão, entre os guarani e os tupinambá pré-históricos.

Para Heckenberger, Neves e Petersen (1998), o modelo elaborado por Lathrap (1975) e Brochado (1989) mostra algumas lacunas que merecem uma observação mais apurada. Sugerem os autores o fato de não haver razões para separar Guarita e Miracanguera como dois fenômenos regionais distintos, uma vez que Guarita não parece ser mais antiga nem menos sofisticada ou diversificada que Miracanguera (HECKENBERGER, NEVES; PETERSEN, 1998), e que não há bases metodológicas para aglutinar a cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica com a do estilo barrancas, chamada também de Tradição Barrancoide / Inciso Modelado.

De fato, os modelos propostos até o momento sobre a expansão dos tupi no espaço geográfico muito se confrontam e algumas vezes se contradizem por completo. Adiante, veremos um panorama parcial das datações absolutas de grupos tupi pelo território brasileiro. Essa sistemática nos mostra como podemos visualizar as rotas hipotéticas fornecidas por arqueólogos e linguistas aos dados absolutos.

8. Contribuição das datações absolutas para a região Amazônica

Pesquisas realizadas recentemente em sítios arqueológicos de ocupação cerâmica policrômica no médio e alto Rio Madeira evidenciaram cerâmicas mais antigas que a fase Itacoatiara¹¹ da Amazônia Central. Cruz (2008, p.159) confirma a presença dessa cerâmica próxima às áreas de suposto ponto de origem para a dispersão das línguas filiadas ao tronco tupi. No entanto, o autor pondera que não existem dados suficientes que comprovem a associação dessa cerâmica às da tradição tupiguarani. Baseado nas elucidações feitas por Simões (1983 apud CRUZ, 2008, p. 159), afirma que essas cerâmicas parecem ter se difundido pelo Rio Madeira até alcançar a Amazônia Central. Essas constatações são, na verdade, especulações, pois não existe prova que evidencie essa difusão, uma vez que não existem cronologias absolutas a sustentar tal hipótese. (CRUZ,

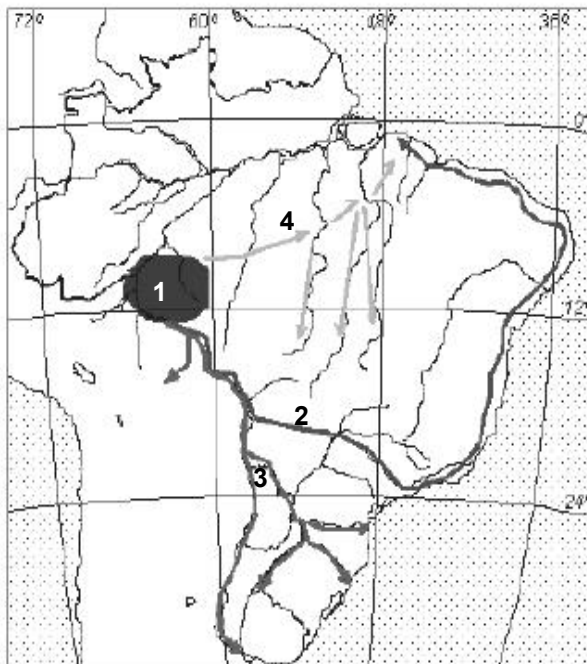
¹¹ Fase Itacoatiara (100 A.C -100 D.C.), definida por Hilbert (1968) e caracterizada por incisões em linhas finas, mas que diferem bastante das cerâmicas "clássicas" TB/IM ou TPA. (CRUZ, 2009:159).

2008, p. 159).

O que se tem de fato é o levantamento arqueológico feito por Daniel Cruz (2008) para o Estado de Rondônia – projeto de salvamento arqueológico que abrange as cidades de Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena –, no qual as datações por carbono 14 extraídas do Sítio Terra Queimada colocam a ocupação tupi em uma faixa cronológica de 1180 a 930 antes do presente. O Sítio Encontro, datado por duas amostras de carvão, apresentou um quadro cronológico para a ocupação tupi em aproximadamente 3850 antes do presente, data pouco provável para a ocupação, e que deve ser revista por meio da análise de maior número de amostras, segundo o próprio autor.

Se, por um lado, temos uma cronologia incipiente para o Estado de Rondônia para que possamos fazer especulações sobre a origem e dispersão dos tupi, em analogia aos modelos linguísticos já apresentados, por outro lado, 13 datações para grupos tupi na Amazônia Oriental levaram Almeida (2008), ainda que totalmente embasado no modelo de Urban (1996) e Meggers (1974, 1977, 1979, 1982), a construir um quadro cronológico e espacial dos tupi amazônicos para a referida área.

Almeida (2008, p.269-271) estabelece a entrada de grupos tupi no Pará – provenientes da Amazônia Ocidental –, como tendo se fixado primeiramente na Serra dos Carajás, em torno de 1800 A.P., e posteriormente, por volta de 1500 A.P., encontrando-se no médio e baixo Tocantins, próximos à cidade de Marabá. Em direção à jusante, ainda, teriam descido o Tocantins, à montante, seguiriam pelos rios Tocantins e Araguaia e, para o leste, adentrariam o interior maranhense. “A datação de 1000+ - 70 depois de Cristo para a fase Tucuruí, e a indicação de Robrahn-Gonzalez (1996) de que os tupi teriam entrado no Brasil central por volta do ano de 1000 depois de Cristo, indicam uma possível ramificação da expansão tupi para norte e para sul da atual cidade de Marabá” (ALMEIDA, 2008, p.271). Por fim, o autor sugere que a datação do sítio Grajaú, de 1320 depois de Cristo, indica uma chegada tardia dos tupi em território maranhense, possivelmente atingindo o litoral em um período não muito distante da chegada tupinambá, já em fuga dos europeus (ALMEIDA, 2008, p. 272).



Legenda: 1. local de origem; 2. rota de expansão tupinambá, 3. rota de expansão guarani, 4. rotas de dispersão de outros grupos da família tupi-guarani.

Figura 3 – Origem e expansão tupi pelo Brasil. Fonte: Moraes (2007).

As datações absolutas no nordeste do país ainda são escassas e nossa procura registrou apenas datações localizadas no Estado de Pernambuco. Para o litoral do estado temos uma faixa cronológica de 785+ - 150 e 510+ - 150 antes do presente (Albuquerque, 2006). Essas datações são compatíveis com o modelo proposto pelos linguistas Urban (1996) e Rodrigues (1989, 1994), e por arqueólogos como Meggers e Evans (1973) e Meggers (1978), que apostam em uma ocupação tardia dessa região por povos tupi vindos do sul e sudeste do Brasil. Porém, novas análises com abrangência da escala local são imprescindíveis para o desenvolvimento das pesquisas e do redesenho dos modelos e teorias desenvolvidos até hoje.

As cronologias absolutas e os modelos constatados até agora nos podem fornecer o início de um longo caminho a ser percorrido. No transcorrer desse trajeto, concomitante ao avanço da ciência e de sua expansão empírica nas áreas de ocupação tupi, algumas hipóteses deverão ser desmentidas e, em contrapartida, outras ganharão maior credibilidade.

9. As datações absolutas regionais para o centro-sul brasileiro e algumas associações com os dados etno-históricos

O presente capítulo tem por objetivo sistematizar os dados que foram levantados a respeito das datações absolutas dos estados brasileiros situados no centro-sul do país. Essa sistematização materializa o início da configuração de um panorama que envolve uma correlação entre a cronologia espacial atribuída aos grupos pré-históricos tupiguarani e algumas fontes etno-históricas regionais.

Os mapas dos estados terão a adição dessas datações junto à localização das famílias linguísticas tupi-guarani no espaço, usando como referência o *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju* (1987) e, em cada um, todas as datações fazem referência à quantidade de anos antes do presente que caracterizam cada área. Algumas datações representadas por barra entre números correspondem à data mais antiga e à mais recente, respectivamente, do local pesquisado. Os números em vermelho fazem referência às datações muito recuadas no tempo, sem correspondências regionais, e que devem ser vistas com cautela e complementadas com novos dados.

9.1. Rio Grande do Sul

As datações absolutas usadas neste trabalho para configurar um quadro cronológico no Estado do Rio Grande do Sul, e em toda a região sul do Brasil, têm como fonte o trabalho de Noelli (1999-2000, p.250-253), que apresenta um quadro de informações cronológicas dos sítios arqueológicos guarani disponíveis até aquele momento no território brasileiro.

A presença dos guarani no estado está situada numa faixa temporal que vai do ano 1800 antes do presente até os períodos históricos.

Informações do século XVI e XVII mostram que:

Os guarani formavam o conjunto populacional mais numeroso, ocupando a maior área da região sul, até entrarem em processo de declínio demográfico, embora tenham conseguido manter uma população nas reduções jesuíticas acima da média de 80.000 pessoas até 1750-60 (NOELLI, 1999-2000, p. 261).

No noroeste do estado, a partir do ano 1626, foram fundadas 18 missões, tendo sido encerradas entre os anos de 1632 e 1641, devido aos ataques dos bandeirantes (NOELLI, 1999-2000, p. 261). Posteriormente, a partir do século XVII os guarani que estavam aldeados em missões jesuíticas reocuparam o noroeste do Rio Grande do Sul, fundando sete povoações, onde se ocuparam com a produção de erva-mate e a atividade pecuária diversificada, que acabaram tendo destaque no comércio da Bacia Platina, até a destruição das missões e expulsão dos jesuítas a partir de 1750 (NOELLI, 1999-2000, p. 261).

Por meio da observação direta da (Figura 4), podemos constatar a homogeneidade da presença dos guarani entre a família tupi-guarani no Estado do Rio Grande do Sul. A presença dos “carijó” no litoral desse estado, registrada no século XVI, é compatível com as informações históricas aqui relatadas e com as datações absolutas oferecidas para essa área. Sua persistência até as datas históricas pode ser um subsídio no que concerne à associação da tradição cerâmica à filiação linguística.

A ocupação de grupos tupi-guarani no vale do rio Jacuí é a mais antiga nos registros atuais para o estado, e uma das mais recuadas para toda a tradição tupiguarani. Para Soares (2004, p.99), as datações mais coerentes para o sítio Ropke, localizado no médio vale do Rio Jacuí, estão entre uma faixa temporal de ocupação do ano de 1700 ao ano 200 antes do presente. Outras datas fornecidas pelo autor recuam em demasia a cronologia dessa tradição pela América do Sul. Esses dados estipulam uma cronologia de ocupação do vale do Jacuí pautados na análise dos sedimentos retirados dos perfis das escavações e das cerâmicas do sítio Ropke, de 3.500 a 710 antes do presente (SOARES, 2004, p. 93). Como essas datas retrocedem alguns milhares de anos à ocupação dos guarani no sul do Brasil, elas devem ser consideradas com extrema cautela (SOARES, 2004, p. 93) e não foram apreciadas no presente trabalho.

O perfil regional de ocupação dos sítios mais antigos de grupos tupiguarani no sul do país caracteriza-se por se localizar em várzeas planas dos grandes rios e seus afluentes mais importantes (MENTZ RIBEIRO, 2006, p.181). Esse sistema de ocupação, por se tratar de sítios mais antigos para essa região, pode ser considerado como um modelo próximo ao do padrão adaptativo original desses grupos, possivelmente na bacia dos rios Madeira-Guaporé, no sudoeste da Amazônia. Além do mais, constata Mentz Ribeiro (2006, p.183) que as ocupações mais antigas, nas várzeas dos grandes rios e tributários da região sul, incluído o vale do Rio Uruguai-Pelotas, também apresentam um número maior de manchas de terra preta (habitação) que, paulatinamente, vão decrescendo em número e tamanho ao longo do tempo.

O registro confirma uma maior adaptabilidade desses grupos nessas paisagens em épocas mais recuadas da pré-história. Os motivos para esse declínio no decorrer da pré-história, porém, são desconhecidos ou não foram citados. Quanto ao período histórico, as epidemias, como constatadas no litoral do estado, podem fornecer forte analogia para o decréscimo ocupacional guarani na região do vale do Rio Uruguai-Pelotas.

Relato Etno-Histórico da Família Linguística Tupi e Datações Arqueológicas do Estado de Santa Catarina



Figura 5- Relato etno-histórico da família linguística tupi e datações arqueológicas do Estado de Santa Catarina. Fonte: IBGE (1987), Noelli (1999-2000) e Mentz Ribeiro (2006)

9.1.3. Paraná

As informações cronológicas obtidas por datações absolutas para o Estado do Paraná podem fornecer uma faixa temporal para os grupos tupiguarani de 1625 antes do presente até os tempos históricos. Datas contemporâneas no vale do Rio Iguaçu (1625, 1565, 1395, 1235 antes do presente) e vale do Rio Ivaí (1490 antes do presente) podem assegurar essa temporalidade.

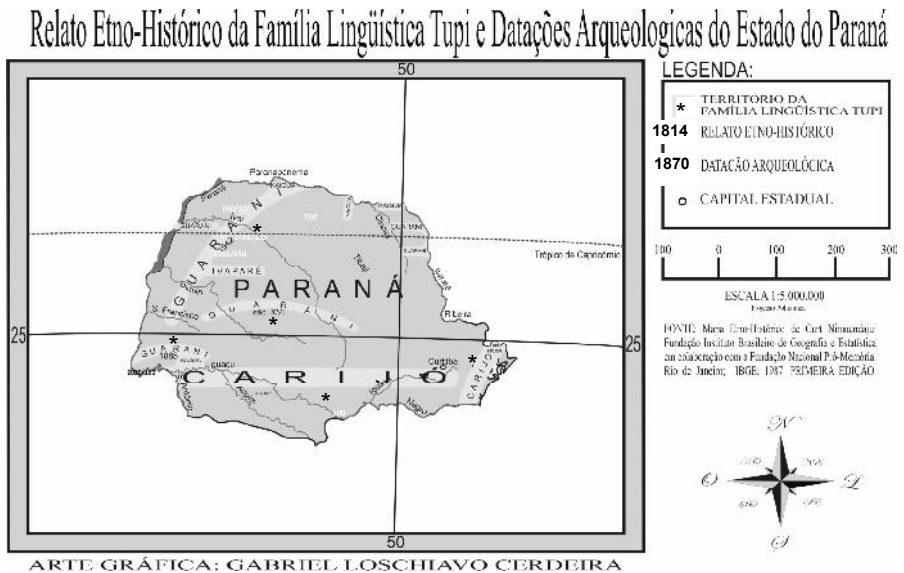


Figura 6: Relato etno-histórico da família linguística tupi e datações arqueológicas do Estado do Paraná. Fonte: IBGE (1987), Noelli (1999-2000) e Chmyz (2002)

Segundo as informações disponíveis no *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju* (1987), notamos a presença maciça dos carijó e/ou guarani pelo interior e litoral do estado. Os grupos “tupi” aparecem nesse trabalho como antigos habitantes da Baía de Paranaguá, ao leste do estado, próximos à fronteira com o Estado de São Paulo. Dados provenientes de análise cerâmica na região da Baía de Paranaguá e Antonina sugerem que os tupi

teriam adentrado essa região litorânea. Outras pesquisas realizadas no alto Rio Iguaçu, nas proximidades de Curitiba, atestam a presença de formas relacionadas aos tupi (CHMYZ, 2002, p.92). Se essa constatação for confirmada, haveria presença dos tupi em áreas historicamente consideradas ocupadas pelos carijó ou guarani no Estado do Paraná. Assim, nas considerações de Chmyz (2002, p.92) “a fronteira sul dos tupi deve ser considerada, pelo menos até a baía de Paranaguá. É provável que sua dispersão desde Cananéia até a baía de Paranaguá limite-se à faixa litorânea.”

Mantendo os pressupostos das pesquisas realizadas até o momento concernentes às ocupações tupi-guarani no sul do Brasil, podemos avaliar, por meio de dados etno-históricos, associados aos dados arqueológicos, que a ocupação guarani se deu maciçamente nesses estados, tanto nos vales dos grandes rios, como nos de seus principais tributários, bem como na faixa litorânea que se estende do Rio Grande do Sul até o limite sul da Baía de Paranaguá, onde parece começar o domínio territorial, se assim podemos dizer, dos grupos tupi.

9.1.4. São Paulo

São Paulo é o estado brasileiro com maior número de datações absolutas que podem ser descritas nas áreas dos vales fluviais mais importantes e de seu litoral¹².

Para o vale do Rio Tietê, as datas mais recuadas no tempo são de 2.200 e 1.400 antes do presente. A data de 2200 antes do presente foi inserida na (Figura 7) com a cor vermelha, por apresentar-se muito distante das demais atribuídas para esse vale, havendo ressalvas para essa cronologia. Possivelmente, esse rio tenha sido uma das mais importantes vias de comunicação, saindo da proximidade da Serra do Mar e atravessando todo o estado para desaguar no Rio Paraná (SCATAMACCHIA, 2006, p. 132). No tocante às datações absolutas apresentadas e à sua distribuição espacial no vale do Tietê, é possível inferir, ainda que de forma hipotética, uma ocupação inicial na região do baixo Tietê, por volta de 1400 antes do presente, que se estende até o alto Tietê, na

¹² Ver cronologia de sítios tupiguarani no Estado de São Paulo (MORAES, 2007, p. 34).

cidade de Monte Mor, por volta de 800 antes do presente, como indicado na (Figura 7). Porém, as movimentações tupiguarani em território nacional não respeitaram, mecanicamente, um deslocamento exclusivo pelos cursos fluviais ou suas margens. Estipular um cenário de ocupação pautado nas cronologias absolutas obtidas até hoje, vinculadas a uma distribuição espacial por meio de pontos em mapas, inseridos no curso dos grandes rios e tributários, não passa de mera especulação, uma vez que, apenas com o conhecimento espacial e cultural de cada área citada e outras que ainda serão pesquisadas e datadas, poderemos esclarecer, ou ao menos sondar, os problemas relativos à cronologia e à espacialização desses grupos em sua escala local.

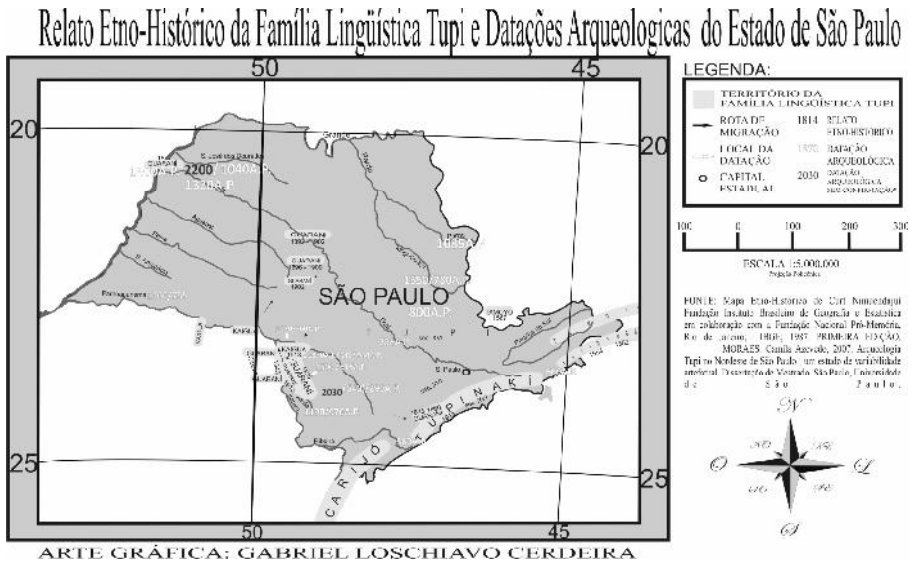


Figura 7- Relato etno-histórico da família linguística tupi e datações arqueológicas do Estado de São Paulo. Fonte: IBGE (1987), Scatamacchia (2006), Pallestrini (1975), Moraes (2000), Moraes (2007) e Faccio (1998).

O vale do Rio Paranapanema parece ter tido uma ocupação tão ou mais antiga que a do vale do Rio Tietê. Observando as datações disponíveis para todo o vale, nos deparamos com a dificuldade em estabelecer um

quadro cronológico pautado em migrações unilaterais pelo curso do rio. Na cidade de Angatuba, localizada no alto Paranapanema, temos datações que atestam a presença dos tupiguarani em 1540, 1260 e 1100 antes do presente (PALLESTRINI, 1975; MORAIS, 2000). A cidade de Tejuπά, entre o alto e o médio vale do Paranapanema, também nos fornece datações muito recuadas no tempo, como 1600 e 1500 antes do presente (PALLESTRINI, 1975; MORAIS, 2000). A cidade de Iepê, localizada no baixo vale do Paranapanema, apresenta datações contemporâneas das já citadas para o estado, abrangendo uma faixa cronológica mais antiga entre os anos de 1660 a 1130 antes do presente (FACCIO, 1998).

Compreendemos, através dos dados citados, que é muito difícil, se não impossível, desenhar de forma perene e ordenada um quadro representativo que nos mostre a direção espacial e a cronologia das levadas expansionistas dos tupiguarani pelos vales fluviais do interior do Brasil. Podemos apenas caracterizar, de forma incipiente, que os grupos tupiguarani adentraram o Estado de São Paulo por volta de 1600 a 1500 antes do presente, e que essa ocupação se deu por várias direções, já que encontram-se datas contemporâneas em pontos espaciais relativamente distantes no estado.

Temos ainda, em menor número, datações absolutas para os vales do Paraíba, Iguape e litoral do estado, que se encontram próximas à época colonial, em torno dos anos 660 e 490 antes do presente. Para os vales do Pardo e Mogi-Guaçu, as datas mais antigas giram em torno de 1550 e 1085 antes do presente (MORAES, 2007, p. 34), sendo contemporâneas das mais antigas para o estado, situadas no vale dos rios Tietê e Paranapanema, reafirmando a hipótese da ocupação concomitante do Estado de São Paulo por grupos tupiguarani, seguindo em várias direções.

O Estado de São Paulo é considerado por alguns autores como área de fronteira cultural entre povos de tradição tupiguarani (CHMYZ, 2002; SCATAMACCHIA, 2006). Para Moraes (2007, p. 29), os sítios arqueológicos localizados nos vales dos rios Itararé, Paranapanema e Paraná e no extremo norte do estado estariam associados à subtradição guarani, enquanto os sítios localizados no médio Tietê e Mogi-Guaçu, à subtradição tupinambá.

Se, por um lado, Chmyz (2002, p. 92) estabelece que a fronteira que divide os tupi ao norte e os guarani ao sul da faixa litorânea brasileira está situada na Baía de Paranaguá, por outro lado, Scatamacchia (2006, p. 124) parece concordar que esse limite para o interior do Brasil estaria situado ao norte do vale do Paranapanema, área considerada de ocupação guarani, em

sua margem paranaense e paulista. Ressalta a autora que a ausência de conhecimento de uma ampla região, que se estende entre a calha do Paranapanema e a do Tietê, impede que o Paranapanema seja indicado, com segurança, como o limite norte da subtradição guarani.

De acordo com as referências etno-históricas encontradas no mapa de Curt Nimuendajú (1987), notamos, na colonização do litoral do Estado de São Paulo, a presença de carijós ao sul, na região de Cananeia, dos tupinaki, na porção central do estado, e no nordeste, por todo o vale do Paraíba do Sul paulista, os tupinambá. Registro semelhante é encontrado no texto de Scatamacchia (2006), pautado no relato de cronistas do século XVI.

De Cananeia para o sul estavam localizados os carijós, e de Angra dos Reis para o norte, os tupinambás e tamoios. Entre estas duas nações estavam os tupiniquins, cujos limites não são bem definidos em virtude de pouca informação existente sobre esta área, principalmente aquela que vai de Itanhaem até Cananeia (SCATAMACCHIA, 2006, p. 118).

A nossa atenção às informações históricas se prende na fronteira da área de domínio tupinambá e guarani. Tradicionalmente considerados como habitantes da região de Cananeia, a ocupação dos carijó hoje está sendo remodelada para o sul de Cananeia, que na época da colonização estaria sob domínio dos tupi, fato esse reforçado pelo recente estudo arqueológico de Chmyz (2002), já citado neste capítulo.

9.2. Rio de Janeiro

As datações obtidas para o Estado do Rio de Janeiro foram extraídas do texto de Odemar Dias e Lilian Panachuk (2006) e do trabalho interdisciplinar realizado pelos pesquisadores Gaspar, Tenório, Buarque, Barbosa-Guimarães, Cordeiro de Oliveira e Scheel-Ybert (2004), autores que pretenderam sistematizar os dados arqueológicos sobre a tradição tupiguarani nesse estado.

Os sítios arqueológicos encontrados no Estado do Rio de Janeiro, que possuem camada arqueológica pouco espessa, com artefatos

aparecendo a partir de 0,30m de profundidade, permitiram visualizar a forte presença dos tupinambá. Eles procuravam os vales, as vastas faixas litorâneas do estado e, principalmente, a Baía de Guanabara, Guaratiba e a Região dos Lagos, devido à proximidade de rios e da floresta tropical (GASPAR et al., 2004, p. 103).

A primeira datação de grupos tupiguarani obtida para o Estado do Rio de Janeiro está figurada na Baía de Guanabara entre os anos 1650 e 800 A.C. Segundo Dias e Panachuk (2006), os sítios se encontravam em tesos ricos em recursos marinhos próximos ao oceano. Essa população pertence à fase guaratiba, filiada à subtradição tupinambá.

Relato Etno-Histórico da Família Linguística Tupi e Datações Arqueológicas do Estado do Rio de Janeiro



ARTE GRÁFICA: GABRIEL LOSCHIAVO CERDEIRA

Figura 8: Relato etno-histórico da família linguística tupi e datações arqueológicas do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE (1987), Gaspar et. al., (2004) e Dias e Panachuk (2006).

Pesquisa de salvamento realizada no município de Araruama, na Região dos Lagos no Rio de Janeiro, permitiu à escavação de seis antigas aldeias tupinambá e quatro datações por C-14 para a aldeia de Morro Grande. Três das datações se apresentam em período bem recuado: 1740 antes do presente, 2600 antes do presente e 2.200 antes do presente. Essas datações se aproximam das últimas manifestações dos pescadores-

coletores do estado e podem ser um indicador de que o desaparecimento destes esteve ligado à presença do grupo social tupinambá, com formas mais complexas de organização. Uma quarta datação para aldeia Morro Grande, de 510 antes do presente, pode evidenciar uma longa permanência do grupo em um mesmo local (GASPAR et al.; 2004, p.106).

Outra datação para o estado, já em Rio das Ostras, na região de Sepetiba, foi enquadrada cronologicamente entre os anos de 1100 a 600 antes do presente. Esse antigo grupo tupiguarani, classificado arqueologicamente como fase sernambitiba, caracterizou-se por habitar terrenos arenosos, praias de mar aberto ou lagunares e terrenos em meia encosta sobre colinas na baixada da Guanabara (DIAS; PANACHUK, 2006, p. 96).

O material arqueológico da tradição tupiguarani distribuído pelo Estado do Rio de Janeiro está associado aos grupos linguísticos tupiguarani pertencentes à família tupinambá, uma vez que todo o conhecimento da historiografia desses povos está limitado em fontes primárias, constituídas por crônicas de viagens e relatos de colonizadores, entre outros documentos, muitos deles escritos na segunda metade do século XVI, como o excelente registro do artilheiro alemão Hans Staden, cativo dos tupinambá na região de Angra dos Reis (FAUSTO, 1998, p.393). Quanto à presença dos tamoyo no vale do Rio Paraíba, essa parece ter se dado num momento pós-conquista, provavelmente quando houve a reunião de um número considerável de aldeias tupi para efetuar ataques combinados às posições portuguesas, fato histórico conhecido como “confederação dos tamoios”. Os tamoyo, que também tiveram que enfrentar índios fiéis aos colonizadores, acabaram derrotados (FAUSTO, 1998, p. 385).

9.2.1. Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, a presença dos grupos tupi, com cerâmica semelhante aos da costa carioca, parece ser predominante entre os relatos históricos e as pesquisas arqueológicas até agora realizadas.

No vale do Rio São Francisco, na bacia do Rio Cochá, obteve-se uma data de 1.200 antes do presente. Esta fase foi conhecida por meio de informações arqueológicas de cinco sítios, sendo caracterizados por situar-se em terrenos de meia encosta de elevações suaves, e em abrigos e cavernas calcárias de diferentes dimensões (DIAS & PANACHUK, 2006,

p.96). No vale do Sapucaí foram localizados quatro sítios arqueológicos com datações cronológicas de 720 e 520 antes do presente. Já no vale do Rio Turvo, a datação de apenas um sítio fornece um tempo cronológico para a ocupação de 700 a 480 antes do presente.

As ocupações tupiguarani ao sul do Estado de Minas Gerais, pelo menos aquelas que apresentam registro cronológico, estão situadas, temporalmente, em período próximo ao descobrimento europeu, enquanto que a datação de 1200 antes do presente ao norte do estado situa a ocupação desses grupos na bacia do Rio São Francisco ainda no primeiro milênio depois de Cristo.

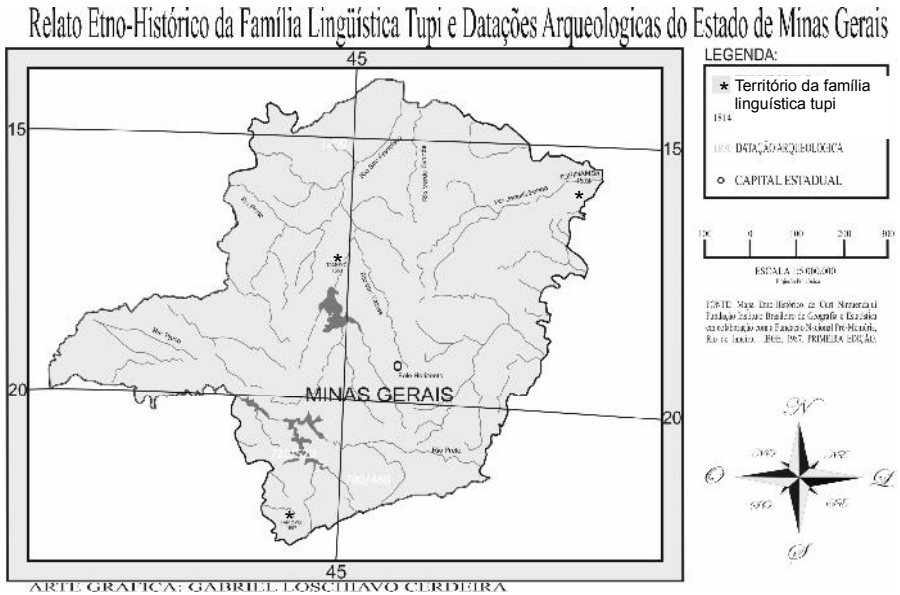


Figura 9: Relato etno-histórico da família linguística tupi e datações arqueológicas do Estado de Minas Gerais. Fonte: IBGE (1987), Dias e Panachuk (2006).

9.2.2. Mato Grosso do Sul

A exemplo da maior parte dos estados brasileiros, as pesquisas arqueológicas no Mato Grosso do Sul estão restritas a locais

Os ambientes do centro-oeste do Brasil são caracterizados, sobretudo, pelo ecossistema de cerrado, diferente das matas tropicais e subtropicais dos estados tratados até agora¹³. É entre as coberturas residuais de florestas e matas ciliares em contato com o cerrado que os grupos de população indígena filiados à família linguística tupi-guarani estão assentados atualmente (KASHIMOTO; MARTINS, 2006, p. 149).

O estudo da subtradição guarani na região de Anaurilândia forneceu datações entre os anos de 1200 a 350 antes do presente e está vinculada ao grupo linguístico de mesmo nome. Caso que não ocorre com outros povos portadores de cerâmica policrômica na região, próxima à bacia do Rio Verde, com uma faixa cronológica mais recuada, girando em torno de 2240 a 570 antes do presente, e que segundo os autores, podem ter estimulado o início da ocupação tupiguarani nessa porção setentrional da área em análise (KASHIMOTO; MARTINS, 2006, p. 165).

9.3. Algumas considerações sobre o tema

O tema tratado no presente trabalho é a expansão tupi-guarani em suas abordagens linguísticas, arqueológicas e etno-históricas. Caracteriza-se pela sistematização de dados que, em última instância, resumiu as questões pertinentes à abrangência territorial dos tupi-guarani em época pré-colonial. Assim, foram levantados os modelos que tentam interpretar esse fenômeno e as hipóteses que hoje nos parecem mais importantes.

Simplificações certamente ocorreram, uma vez que nos aventuramos pela primeira vez nesse debate, no qual a novidade para alguns, provavelmente seja assunto esgotado para outros. Porém, o que foi apurado nesta pesquisa será importante para aqueles que querem se envolver nos estudos desses grupos indígenas, considerados talvez entre os mais conhecidos e intrigantes do Brasil e de boa parte da América do Sul. As lacunas que ainda estão abertas, após mais de 100 anos de discussões, configuram um importante desafio aos estudiosos. Não há como obscurecer o assunto, uma vez que ele parece ser o objetivo final das pesquisas arqueológicas tupiguarani. Pensamos que muito ainda deve ser feito para que um quadro parcial possa ser criado sobre o tema, mas a tentativa de

¹³ Com exceção do vale do Rio São Francisco, no norte de Minas Gerais.

sistematização dos dados, a nosso ver, sempre será bem vinda quando se tratar do avanço da pesquisa e da revisão das fontes bibliográficas.

10. Bibliografia

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Recipientes cerâmicos de grupos tupi, no Nordeste brasileiro. In: **André Prous; Tania Andrade Lima. (Org.). Os ceramistas Tupiguarani**. 1 ed.: Gráfica e Editora Sigma LTDA, 2008, v. 1, p. 67-89.

ALMEIDA, Fernando Osório. 2008. **O complexo Tupi na Amazônia Oriental**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo, Universidade de São Paulo.

BALÉE, William. 2000. Antiquity of Traditional Ethnobiological Knowledge. In: **Amazonia: The Tupi-Guaraní family and time**. *Ethnohistory*, 47(2), 399-422.

BELLWOOD, Peter. 2001. Early Agriculturalist Population Diasporas? Farming, Languages and Genes. **Annual Review of Anthropology** 30: 181-207.

BROCHADO, J. 1989. A Expansão dos Tupi e da Cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica. **Dédalo**, São Paulo, 27:65-82.

BROCHADO & LA SALVIA. 1989. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre, TÓPOS V. 3, N° 1, p. 29 - 80, 2009

Posenato Arte & Cultura.

CAVALLI-SFORZA, Luca & CAVALLI-SFORZA, Francesco. **Quem somos? História da diversidade humana**. Editora UNESP. São Paulo, 2002, p.384.

CASSETI, Valter. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo, Contexto, 1991.

CHMYZ, Igor. **A Tradição Tupiguarani no Litoral do Estado do Paraná**. Curitiba, Círculo de Estudos Bandeirantes, 2002, 71-95.

CLASTRES, P. **A Fala Sagrada: Mitos e cantos sagrados dos índios Guarani**. Campinas, Papirus, 1990.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1999.

CRUZ, Daniel. **Lar, Doce lar? Arqueologia Tupi na Bacia do Ji Paraná (RO)**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

DIAS, A. S. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-colonial do Alto Vale do**

Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.

DIAS, O. PANACHUK, L. Características da Tradição Tupiguarani no Sudeste do Brasil. In: **Prous, A.; Lima A. T. (Org.). Os ceramistas Tupiguarani.** 1 ed. : Gráfica e Editora Sigma LTDA, 2008, v. 1.

FACCIO, N. B. **Arqueologia dos Cenários das Ocupações Hortícolas da Capivara, Baixo Paranapanema - SP.** Tese (Doutoramento em Arqueologia), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

FAUSTO, B. Fragmentos de História e Cultura Toinambá: Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: **CUNHA, M.C. (org.). História dos Índios no Brasil.** São Paulo, Cia. das letras/FAPESP/SMC, 1998, pp. 381-396.

FERNANDES, F. A **Organização Social dos Tupinambá.** São Paulo, Hucitec, 1998.

FERNANDES, LUFT; GUIMARÃES. **Dicionário Brasileiro GLOBO.** São Paulo, Globo, 1994.

GRACE, R. **The “Chaine Operatoire” approach to lithic analysis Archaeometry.** Publicação Eletrônica, Oslo, 1996, 24p.

HAFFER, J. **Speciation in Amazonian Forest Bird**. Hawaii: Science, 1969.

HECKENBERGER; NEVES; PETERSEN. **De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central**. São Paulo: Revista de Antropologia. 1998. (Vol.41 nº1).

KASHIMOTO, E. M. **Geoarqueologia no Baixo Paranapanema: Uma Pesquisa Geográfica de Estabelecimentos Humanos Pré-Históricos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. A problemática arqueológica da tradição cerâmica Tupiguarani em Mato Grosso do Sul. In: **André Prous; Tania de Andrade Lima. (Org.). Os Ceramistas Tupiguarani**. 1 ed. Belo Horizonte: Sigma, 2008, v. I, p. 149-178.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.

LATHRAP, D. **O Alto Amazonas**. Lisboa, Verbo, 1975.

LATHRAP, D. **Aguerito: El complejo policromo mas antiguo de America en la confluencia del Apure y el Orinoco**. Interciencia, 12, 1970, 274-289.

MEGGERS, B. **Vegetation Fluctuation and Prehistoric Cultural Adaptations in Amazonia: some tentative correlations.** *World Archaeology*, 8(3), 1977, 287-303.

MEGGERS, B.; EVANS, C. 1973. Reconstrução da Pré-História Amazônica. **Museu Goeldi**, Publicações Avulsas 20, 51-69.

MORAES, Camila Azevedo. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

MORAIS, J.L. Arqueologia da Região Sudeste. **Revista USP**, São Paulo, 1999-2000, 44:194-217.

MORAIS, J.L. **Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista.** Tese de Livre-Docência. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

MORAIS, J.L. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2000, 10:3-30.

NOELLI, F.S. **Sem tekoá não há teko (Em busca de um modelo**

etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta Jacuí – RS). Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Porto Alegre, PUCRS, 1993. 728 f.

NOELLI, F. As hipóteses sobre os centros de origem e as rotas de expansão dos tupi. **Revista de Antropologia**, 1996, 39:7-53.

NOELLI, F. A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, 1999-2000, 44:218-269.

OLIVEIRA, Antonio Manuel dos Santos. **Depósitos Tecnogênicos e Assoreamento de Reservatórios: Exemplo do Reservatório de Capivara, Rio Paranapanema, SP/PR.** Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994.

PALLESTRINI, L. 1975. Interpretação Das Estruturas Arqueológicas em Sítios do Estado de São Paulo. **Coleção Museu Paulista**, São Paulo, Vol.1.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira.** Brasília, Editora UNB, 1991.

PROUS, A.; LIMA, T. A. **Os Ceramistas Tupiguarani.** Santa Catarina, Editora do Centro de Estudos do Oeste Catarinense, 2006.

RENFREW, C. At the Edge of Knowability Towards a Prehistory of Languages. **Cambridge Archaeological Journal**, 10, 7-34.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família linguística Tupi-Guaraní. **Revista de Antropologia**, vols. 27/28, 1985, pp. 33-53.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras**. São Paulo, Edições Loyola, 1994.

SCATAMACCHIA, M.C.M. O Sistema de Subsistência Desenvolvido Pelas Sociedades Tribais de Filiação Linguística Tupi-guarani. **Revista de Arqueologia Americana**, México, 2007, 24:175-205.

SCATAMACCHIA, M. C. M. Considerações sobre a distribuição das sociedades tribais de filiação linguística Tupi-guarani no Estado de São Paulo. In: **Prous, André; Lima, Tania Andrade. (Org.). Os ceramistas tupiguarani**. 1 ed. Belo Horizonte: Sigma, 2008, v. 0, p. 117-144.

SCHMITZ, P. I. Áreas Arqueológicas do Litoral e do Planalto do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 1991, 1:3-20.

SOARES, André. **Contribuição à Arqueologia Guarani: O Estudo do Sítio Ropke**. Tese de Doutorado em arqueologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.

STADEN, H. **Duas Viagens ao Brasil**. Trad. de A. Bojadsen. Porto Alegre, L&PM Pocket, 2008.

LEVY-STRAUSS, C. **Mito e Significado**. Trad. Antonio Marques Bessa, Lisboa, Edições 70, 1978.

URBAN, G. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: **CUNHA, M.C. (Org.). História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras/FAPESP/SMC, 1992, pp. 87-102.

VIVEIROS DE CASTRO. **ARAWETÉ: os deuses canibais**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/ANPOCS, 1986.